



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA
DE SEGURANÇA ELETRÔNICO INSTALADO NO FÓRUM
TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE, COM
FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NOVOS,
QUANDO NECESSÁRIA A SUBSTITUIÇÃO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
24ª REGIÃO E A EMPRESA _____**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na _____, em _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 3.035/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº 21/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO (1.1)

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de segurança eletrônico instalado no Fórum Trabalhista de Campo Grande, com fornecimento de peças e componentes novos, quando necessária a substituição, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.
- 1.2. Os serviços serão prestados conforme disposições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar.
- 1.3. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO (6.1 a 6.7 ; 7.1 a 7.3)

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.1. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.2. Durante a vigência da contratação será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 2.2.1. no caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 2.2.2. no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.3. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e nº 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 2.4. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- 2.5. De acordo com a Resolução CSJT nº 310/2021, a CONTRATADA deve comprovar, por ocasião da contratação e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 3.035/2024

Pregão Eletrônico nº 21/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

- 2.5.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.
- 2.5.2. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- 2.6. O atendimento aos itens 2.5.1 e 2.5.2 poderá ser demonstrado mediante declaração conforme modelo disponível no Anexo VII do Termo de Referência. e, especificamente em relação ao 2.5.1. poderá, ainda, ser demonstrado mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>.
- 2.7. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados
- 2.8. A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução CSJT nº 310/2021, as seguintes condições::
- 2.8.1. De que emprega, se for o caso, jovens aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);
- 2.8.1.1. Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar nº 123/2006, ficam dispensadas as empresas de pequeno porte e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.
- 2.8.2. De que observa, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- 2.9. O cumprimento dos subitens 2.8.1 e 2.8.2 poderá ser demonstrado mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br" OU por declaração, conforme modelos disponíveis nos Anexos V e VI do Termo de Referência OU consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

<http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>.

2.10. Em cumprimento às disposições contidas no art. 116 e inciso IX do art. 137, todos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa deverá manter, durante a toda a contratação, as condições previstas nos subitens 2.8.1 e 2.8.2, devendo a CONTRATADA, em caso de alterações de suas condições, informar imediatamente o Fiscal da contratação.

CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO

3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Sustentabilidade (itens 7.4 a 7.6 do Termo de Referência);
- 3.1.2. Modelo de execução do objeto (item 8 do Termo de Referência);
- 3.1.3. Subcontratação (item 9 do Termo de Referência);
- 3.1.4. Garantia dos serviços, peças e componentes (item 10 do Termo de Referência);
- 3.1.5. Dos deveres do CONTRATANTE (item 11 do Termo de Referência);
- 3.1.6. Dos deveres da CONTRATADA (item 12 do Termo de Referência);
- 3.1.7. Das vedações à CONTRATADA (item 13 do Termo de Referência);
- 3.1.8. Pagamento (item 16 do Termo de Referência);
- 3.1.9. Da atualização financeira (item 17 do Termo de Referência);
- 3.1.10. Do reajuste dos preços (item 18 do Termo de Referência);
- 3.1.11. Do reequilíbrio econômico-financeiro (item 19 do Termo de Referência);
- 3.1.12. Modelo de gestão e fiscalização do contrato (item 20 do Termo de Referência);
- 3.1.13. Do recebimento e aceitação dos serviços (item 21 do Termo de Referência);
- 3.1.14. Das penalidades (item 22 do Termo de Referência);
- 3.1.15. Das defesas e dos recursos (item 23 do Termo de Referência);
- 3.1.16. Dos aumentos e das reduções (item 24 do Termo de Referência).

CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (14)

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, programa de trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

PTRES: ____

Elemento de Despesa: 3.xxxx

Nota de empenho: 2024NE ____

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR (15 e Anexo III)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024

MINUTA

5.1. O valor mensal do contrato é de R\$ ____ (____), perfazendo o valor total estimado de R\$ ____ (____) conforme demonstrativo abaixo:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA – PRÉDIO BELIZARIO LIMA GRUPO 1 (ÚNICO)				
Item	Serviço	Unid.	Valor unitário	Valor total mensal
1	Manutenção preventiva e corretiva de catraca de controle de acesso composto de leitores, botoeiras de emergência e controladoras	4	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
2	Manutenção preventiva e corretiva de porta de controle de acesso composto de leitores, controladoras, fontes botoeiras de emergência e eletroímã	49	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
3	Manutenção preventiva e corretiva de portões de controle de acesso composto de leitores, controladoras, fontes botoeiras de emergência e pedestais	4	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
4	Manutenção preventiva e corretiva em software de controle de acesso, incluso servidores e clientes de cadastramento	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
5	Manutenção preventiva e corretiva em câmeras IP do sistema de circuito fechado de televisão	80	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
6	Manutenção preventiva e corretiva em software de CFTV, incluso servidores e clientes de cadastramento	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
7	Manutenção preventiva e corretiva em sistema de alarme microprocessado	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS				R\$ XX,XX
TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS				R\$ XX,XX

PEÇAS E COMPONENTES – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA					
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
8	Placa de vídeo com mouse e teclado	Unidade	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
9	Placa controladora de acesso Istar Edge 04 leitores	Unidade	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
10	Placa controladora de acesso Istar Edge 02 leitores	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
11	Botoeira de Emergência C-9, marca VAULT	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
12	Expansora 8 Zonas, PC5108, marca DSC	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
13	Fonte de Alimentação 12VDC c/Bateria 10A, marca ORBE	Unidade	10	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
14	Sensor IVP Interno, LC-104, marca DSC	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
15	Sensor IVP Externo, LC-151, marca DSC	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
16	Bateria Selada 12V 7A	Unidade	30	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

17	Sirene Audiovisual 24 Leds 12 VDC, marca BOSCH	Unidade	1	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
18	Módulo de Integração TCP/IP. IT100, marca DSC	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
19	Cartões de acesso	Centena	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
20	Botoeira simples com espelho	Unidade	25	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
21	Placa de alimentação POE, Estar POE-1, marca Software House	Unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
TOTAL ESTIMADO DE PEÇAS E COMPONENTES					R\$ XX,XX
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO (Serviços e Peças)					R\$ XX,XX

CLÁUSULA 6ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 6.1. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO

- 7.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 7.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 7.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 7.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 7.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 7.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

CLÁUSULA 9ª – DA PUBLICAÇÃO

9.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 10 – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA 11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (25.1 a 25.3)

- 11.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 11.2. A participação nesta Contratação Pública implica, por parte dos proponentes, no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 11.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 11.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, ____ de ____ de 2024.

(documento assinado digitalmente)
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)
XXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

(documento assinado digitalmente)
XXX
Chefe da Divisão de Polícia Judicial

(documento assinado digitalmente)
XXXX
Analista Judiciário

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA e Anexos**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 429 DA CLT, EXIGIDA PELA
RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

(Esta declaração pode ser substituída pela auto declaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br" OU por consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº _____, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA:

() atender aos percentuais estipulados no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), referente ao emprego e matrícula de aprendizes.

() estar dispensada da contratação de aprendizes por se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das hipóteses de dispensa previstas na legislação (Decreto nº 9.579/2018 e Instrução Normativa nº 146/2018).

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal do Licitante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024

MINUTA

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 93 DA LEI Nº
8.213/1991, EXIGIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

(Esta declaração pode ser substituída pela auto declaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br" OU por consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº _____, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA:

() atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

() estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal do Licitante



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 3.035/2024
Pregão Eletrônico nº 21/2024
Contrato nº ____/2024**

MINUTA

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, e CPF nº _____, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Local, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal do Licitante